

Apontamentos sobre o fim do PCI*

ALDO TORTORELLA

Por que não se pode explicar o fim do PCI somente com a queda da URSS e as transformações sociais? O programa de Togliatti e os atrasos de seu partido. Berlinguer e a “redescoberta de Gramsci”.

O fim do PCI e o retorno à divisão entre reformistas e maximalistas. Cultura de governo e razões ideais.

Para compreender a trajetória dos partidos que, após terem combatido o fascismo, reconstruíram um sistema democrático na Itália, para depois se dissolverem nos anos 90, poderia-se acompanhar sua história progressiva e seu entrelaçamento com a evolução econômica, social e cultural da sociedade à qual pertenceram. Ou também começar pelo fim, isto é, pelos motivos que causaram seu desaparecimento. Para discutir o caso do Partido Comunista Italiano prefiro este segundo método, também e até porque a dissolução do PCI não tem aquelas motivações (isto é, as revelações do sistema chamado Tangentopoli) que habitualmente esclarecem o desaparecimento da Democracia Cristã, do Partido Socialista Italiano e de partidos menores da área laica.

Em minha opinião, aquele motivo externo representado pela ação judiciária não esclarece tudo e, principalmente, não esclarece o essencial. Não há dúvida de que a ação judicial foi uma bomba explosiva, mas o foi porque o conjunto das forças que tinham governado a Itália já vinha se deteriorando por sua conta e não pôde resistir ao golpe. Nesses casos, porém — DC e PSI — existe um claro motivo externo à sua queda e isso não pode ser negado, mesmo se é necessário — me parece — considerar aquele motivo e os seus efeitos como o resultado de causas mais distantes.

No caso do PCI parece-me não somente útil, mas quase obrigatório, começar pelo seu fim porque esteve, e está, em discussão o próprio motivo — ou os motivos — de sua dissolução, sendo que esta última, em muitos aspectos, tem o caráter de um acontecimento voluntário e se apresenta como autotransformação, ou, se quisermos, uma autodissolução. Isso não quer dizer que não sobrevieram causas externas muito profundas, mas estas últimas não tiveram um caráter tão

inequivocamente definido como foi a intervenção penal para os outros partidos.

A EXPLICAÇÃO “SOVIÉTICA”

Substancialmente, são três os critérios interpretativos dessa autodissolução. Há uma primeira explicação, que é a mais simplista, mas também a mais freqüente e que se tornou senso comum, que a dissolução do Partido Comunista — e a sua ruptura em dois troncos — tem como momento determinante a queda do muro de Berlim e a queda soviética.

Não há dúvida de que essa explicação, que faz coincidir o fim de toda formação e idéia comunista com a queda soviética, está tão arraigada que um estudioso como Furet chega a considerá-la como fato implícito. Entretanto, essa dedução ainda carece de demonstração. Não somente porque, de uma maneira ou de outra, sobrevivem formações que se chamam “comunistas” também depois do fim do modelo soviético. Mas igualmente porque, no que diz respeito ao assunto que estamos tratando, quando Furet, em muitas centenas de páginas, descreve o que define como a “queda de uma ilusão”, dedica somente uma linha ao Partido Comunista Italiano — uma linha literalmente falando, uma citação de Gramsci — dando por demonstrado que a dissolução das posições teóricas sobre as quais a União Soviética tinha sido fundada é — por causa disso mesmo — a dissolução de todo o mundo que, de várias maneiras, vinha se intitulando comunista.

Mas se o elemento da queda do modelo soviético e da concepção que o inspirava fosse a causa da autodissolução do PCI isso significaria dizer, em sentido contrário, que a ascensão do Partido Comunista Italiano teria tido, em sua razão, a mesma causa determinante. Diversamente disso, se é verdade que o nascimento do PCI foi influenciado de maneira decisiva pela Revolução de Outubro, se toda a fase da luta antifascista foi sustentada em relação estreita com a URSS, se, além disso, a relação com a URSS foi causa do sucesso no primeiro pós-guerra, a partir de um certo momento em diante a ascensão do Partido Comunista Italiano não foi favorecida, mas em grande medida dificultada pela relação que ele mantinha com a União Soviética.

* Publicado em *Crítica Marxista*, nº 2-3, 1998. Tradução de Giovanni Menegóz.

A trajetória do Partido Comunista Italiano — com efeito — é diversa do destino dos outros partidos comunistas. No final da Segunda Guerra Mundial existiam partidos comunistas mais ou menos iguais em muitos países europeus ocidentais. De todos esses partidos, membros da Terceira Internacional dissolvida em 1943, após alguns anos permanecem como forças importantes o Partido Comunista Francês e o Partido Comunista Italiano. Este último, rapidamente, supera a força relativa (em termos de votos, membros inscritos, influência, etc.) do Partido Comunista Francês e se torna o primeiro partido comunista do mundo ocidental. Todos os outros, estreitamente ligados ao modelo soviético, ou desaparecem ou permanecem como forças residuais. Nos países onde os partidos comunistas, com este ou outro nome, estavam no poder, por causa do sistema de partido único, eles se transformaram em uma organização estatal acima do Estado, com uma legitimação tão evanescente que se tornava inexistente.

Os comunistas italianos tinham seguido seu próprio caminho: o do enraizamento na democracia e na nação e, portanto, um caminho de tipo reformista, certamente não diferente daquele das maiores social-democracias européias. Com relação a essa linha, qualquer prova de antidemocracia do mundo soviético representava um duro golpe que gerava um progressivo e sempre mais definitivo afastamento do PCI dos comunistas soviéticos. O processo de autodissolução e autotransformação, portanto, tem na queda do modelo soviético uma causa concomitante, mas não única. Tanto mais que, paradoxalmente, partidos comunistas como o francês e o português — certamente mais atrelados a uma ortodoxia de tipo soviética — sobrevivem, bem ou mal, à queda de 1989. Isso não significa que não tenha sido muito relevante, e por muitos aspectos também determinante, a influência do declínio, antes, e da queda da URSS, no fim, sobre a conclusão da experiência dos comunistas italianos, mas, paradoxalmente, essa influência negativa foi causada por razões diversas das habitualmente aceitas, como tentarei demonstrar mais adiante.

A EXPLICAÇÃO DE CLASSE

Uma outra explicação mais culta provém das posições de esquerda. É a que relaciona a exigência da auto-superação do velho Partido Comunista Italiano a causas que dizem respeito à estrutura econômico-social, isto é, à sua substancial incapacidade de interpretar as transformações provocadas pela nova revolução científico-tecnológica, pelo choque nos modelos produ-
 vos, pelo fim do ciclo fordista (fim do operário-massa, diminuição do papel da classe operária) e, portanto, pelo desaparecimento da idéia de que a classe operária possa se constituir em classe geral.

No caso do PCI parece-me não somente útil, mas quase obrigatório, começar pelo seu fim porque esteve, e está, em discussão o próprio motivo — ou os motivos — de sua dissolução, sendo que esta última, em muitos aspectos, tem o caráter de um acontecimento voluntário e se apresenta como autotransformação, ou, se quisermos, uma autodissolução.

Também todos esses fatos têm, naturalmente, um peso relevante. Porém, se olharmos com atenção para certas referências teóricas que foram típicas do Partido Comunista Italiano (e não dos partidos comunistas em geral) poderíamos dizer que elas não foram muito diversas daquelas de alguns partidos social-democratas. Seria suficiente lembrar do fato de que o Partido Trabalhista inglês suprimiu só recentemente a cláusula estatutária que afirmava como sua finalidade a abolição da propriedade privada dos meios de produção e troca e sua socialização. Uma cláusula como essa nunca existiu nos Estatutos do Partido Comunista Italiano, o que não significa, obviamente, que o Partido Comunista Italiano ou a própria social-democracia alemã — que, em Bad Godesberg, adotara um programa absolutamente reformista — não tivessem em seu sentimento a mesma aspiração de superação da sociedade atual.

Para todos esses partidos social-democratas, que tinham referenciais clássicos até mais fortes do que os do velho PCI, as profundas transformações econômicas não constituíram um motivo para a dissolução mas, quando muito, uma mudança das políticas e das culturas. Portanto, também essa explicação, que se considera

objetiva, não convence plenamente, mesmo que ela, naturalmente, tenha um peso como causa concomitante. A própria questão do “referencial de classe”, como se dizia em nosso jargão, é porém terreno de discussão: trata-se de pesquisar novamente e descobrir se a afirmação do papel hegemônico da classe operária era um puro ritual verbal ou, se e em que medida, correspondia às políticas reais e convicções efetivas.

Se estudarmos seriamente a realidade podemos claramente ver que aquilo que nós estamos acostumados a chamar de o movimento socialista italiano das origens – e depois também o enraizamento dos partidos que nascem daquela matriz – não é predominantemente filho do movimento operário industrial; ao contrário, se olharmos para a geografia de classe, é mais filho do sistema de assalariamento e parceria rural. As principais regiões vermelhas, Emília, Toscana e Umbria (no Mezzogiorno, até há pouco tempo atrás, a Puglia), conheceram e conhecem muito pouco a grande indústria; aliás, no momento do primeiro extraordinário florescimento socialista do final do século passado e ainda hoje – da mesma forma que o Veneto “branco” e a “Liga Norte” – todas aquelas regiões foram e continuam sendo regiões de pequena e média empresa. As “zonas vermelhas” da Lombardia — as províncias de Pavia, Mantua, a “baixada” milanesa antes socialistas e depois comunistas – têm sido e, em parte, ainda o são, zonas agrárias e de assalariamento rural até a metade deste século e também depois. A alta Lombardia – Como, Bérgamo, Brescia, etc. –, de industrialização mais antiga e de prevalência operária, foi e continua sendo “branca” em larga medida, porque aquela classe operária tinha origem, como no Veneto, na pequena propriedade camponesa.

De outra parte, a força especial do PCI – em comparação a outros partidos similares, de origem terceiro-internacionalista – explica-se precisamente pelo seu substancial interclassismo que remonta, como é amplamente sabido, à acentuação feita por Togliatti sobre a função determinante das camadas médias da produção e dos serviços na sociedade moderna. Portanto, também a efetividade do suposto “referencial de classe” é algo que deve ser problematizado e estudado, despidendo-o de mantos ideológicos e lugares comuns, como já o fez, em larga medida, a literatura histórica sobre o movimento operário. A própria estrutura econômica de duas regiões, ainda politicamente tão diferentes, como o Veneto e a Emília, é absolutamente parecida: uma empresa para cada 10 ou 12 habitantes tanto em uma como na outra. Em outros ter-

mos, não é suficiente a pesquisa sobre as causas induzidas pelas mudanças econômicas para se examinar a crise e, depois, a autodissolução do PCI, mesmo porque existiram e foram relevantes no declínio do PCI as dificuldades e os empecilhos com relação às mudanças dos métodos de produção e composição de classe da sociedade.

TOGLIATTISMO DE MAIS E DE MENOS

Por fim, há uma terceira posição sobre os motivos do fim do Partido Comunista Italiano. Lembrei e discuti, até aqui, uma explicação prevalentemente de direita e outra prevalentemente de esquerda. A terceira é mais interna ao velho partido e à atual formação política, e diz respeito a um conhecimento mais profundo dos motivos da ascensão do PCI, e busca, portanto, penetrar mais profundamente nos motivos de sua queda. Essa explicação apareceu, e continua aparecendo, em posições que são, em parte, também as do secretário atual do Partido Democrático de Esquerda e de estudiosos dessa área. Tende a localizar a análise sobre a estratégia e a política e fazer derivar a crise e a superação do velho partido dos desvios com relação a um eixo político antigo, considerado substancialmente correto.

Na interpretação de dirigentes e estudiosos do Partido Democrático de Esquerda tem sido salientado de modo particular que no decorrer da transformação econômico-social italiana a partir do final dos anos sessenta, o velho PCI teria sofrido, primeiro excesso, e depois abandono, de toglíattismo, sendo que agora, finalmente, teria encontrado o caminho correto. Vale dizer que o primeiro Berlinguer, que começa seu secretariado no início dos anos setenta, teria recordado da lição global de Togliatti, enquanto que o último Berlinguer a teria esquecido, e Occhetto mais ainda. A lição de Togliatti voltaria com o atual secretário político.”

Pois bem, nessa explicação, com efeito, está a compreensão daquilo que é a origem mais profunda da ascensão do partido comunista. A origem foi – sem nenhuma dúvida – o programa pela democratização e modernização da Itália e a “política de alianças” proposta por Togliatti e pelo grupo dirigente que se posiciona à sua volta no momento em que o partido sai da clandestinidade.

** Massimo D'Alema (Nota do tradutor).

De outra parte, a força especial do PCI — em comparação a outros partidos similares, de origem terceiro-internacionalista — explica-se precisamente pelo seu substancial interclassismo que remonta, como é amplamente sabido, à acentuação feita por Togliatti sobre a função determinante das camadas médias da produção e dos serviços na sociedade moderna.

Togliatti, de retorno à Itália após o longo exílio, enuncia uma estratégia democrática e nacional que implica uma luta dura contra os teóricos do salto revolucionário (mais ou menos inspirados pelo modelo soviético) e contra as posições que empurram para o isolamento da classe operária, dos assalariados rurais e dos camponeses mais pobres. Um primeiro embate, que Togliatti vence facilmente, se dá em Nápoles no ano de 1944, para a construção do governo de unidade nacional, com o objetivo da vitória sobre o fascismo e a reconstrução da democracia. Mais longa será a luta, que se concluirá somente após a morte de Stálin, com a ala mais claramente soviétizante, que era liderada por Secchia e que aceitava a linha democrática somente como tática.

Essa é a origem da ascensão, porque não há dúvida de que a linha togliattiana leva à Constituinte e faz do Partido Comunista Italiano um dos partidos constituintes; leva ao encontro com outras correntes políticas, não somente de tradição socialista — com as quais existia naquele momento o pacto de unidade de ação, alcançado em 1934 e rompido definitivamente só após a insurreição húngara de 1956 —, mas com o solidarismo cristão-católico e com a tradição liberal-democrática. Às vezes, faz sorrir um pouco o entusiasmo liberal-democrático da esquerda daqueles tempos. O primeiro que ensina a seus jovens companheiros (os mais velhos eram um pouco avessos) a exigência da atenção e do estudo do pensamento liberal-democráti-

co é Palmiro Togliatti: o encontro com Croce e Casati é um fato simbólico que dá aos jovens mais atentos um recado claro, isto é, de que não é possível abrir mão do pensamento liberal-democrático, mesmo se (mas isso hoje não é aceito de maneira geral pela esquerda) não podemos nos limitar a isso.

DEMOCRACIA, NAÇÃO, GRADUALISMO

Linha democrática, linha nacional, isto é, um projeto para a Itália, e portanto o uso de Gramsci: um uso algumas vezes instrumental, como Togliatti reconhecerá em seu último escrito sobre Gramsci, dizendo que o partido (e portanto ele inclusive) talvez o tivesse dobrado por demais a sua própria medida. De Gramsci se utilizará, em especial, a análise sobre a situação italiana (a questão meridional, o papel dos intelectuais, a questão vaticana, etc.) e os conceitos que justificam a linha democrática (a idéia de hegemonia contra a de domínio). O programa é o da reconstrução e modernização do país conforme uma estratégia reformista que Togliatti explicitamente definirá como “gradualista”.

Posso lembrar o espanto de um jovem comunista como eu, que vinha da Resistência, carregado de idéias sobre a transformação do mundo e que tinha conhecido Luigi Longo na Resistência como chefe das Brigadas Garibaldi, quando, precisamente pouco tempo depois da libertação, Longo apresenta no parlamento aquela que eu me lembro como a sua primeira proposta de lei. Luigi Longo, que será secretário-geral do PCI após a morte de Togliatti, tinha uma extraordinária imagem de herói: não somente tinha dirigido a Resistência italiana, mas fora chefe das Brigadas Internacionais na guerra antifranquista espanhola, e o primeiro secretário da Federação Juvenil Comunista que, antes defensor da linha Bordiga, contribuira depois para a vitória da linha Gramsci. Precisamente esse dirigente (“mítico” como se diria hoje) apresenta como sua primeira proposta de lei a abolição do imposto sobre o vinho. Eu vinha dos primeiros estudos universitários de filosofia, sabia muito vagamente que naquele tempo pagava-se ao município um imposto de entrada para qualquer mercadoria que fosse transportada de um município para outro. Mas me parecia um argumento de uma modéstia imensa com relação à urgência de transformar o mundo: e precisamente o heróico Longo ia se ocupar dessas ninharias.

Na realidade, foi uma lição. Longo se desembaraçava das vestimentas de herói e punha a roupa do

deputado de Alessandria, capital do bom vinho, se tornando intérprete não somente dos muitos operários que o tinham elegido, mas também dos pequenos proprietários agrícolas, produtores de Barolo e Dolcetto, que talvez, em sua maioria, tenham dado seu voto à Democracia Cristã. Era preciso compreender que era necessário ficar com “os pés no chão”, saber que era importante se ocupar das “questões concretas”, dar as respostas também mais elementares.

A linha da reconstrução foi acompanhada pela manutenção – não o aumento – dos salários, muito baixos com relação a outros países, e o Partido Comunista Italiano e a CGIL concorreram para a contenção salarial. O próprio mecanismo do “gatilho salarial”, imposto pela esquerda, contribuía para esse objetivo. Ele tinha como efeito, perante a inflação, adequar o salário e atingir a renda, mas naturalmente o nível de salário se mantinha sempre igual, e aliás sofria alguma pequena perda por causa do processo inflacionário que foi em larga medida contido, mas que prosseguia de forma subreptícia e que o gatilho não conseguia recuperar totalmente. As primeiras grandes lutas salariais começam somente em 1962 e se desenvolvem após a metade dos anos sessenta.

A segunda fase – do após-guerra e da ascensão do PCI – vem depois de 1970, quando, com a aprovação do Estatuto dos Trabalhadores, com a introdução do divórcio, com a instituição das Regiões, colocam-se mãos à obra no fortalecimento dos direitos sindicais dos trabalhadores, que precede a introdução dos direitos de cidadania, uma modernização dos costumes e uma atenuação do centralismo.

Esse permanecer dentro da história do próprio país e acompanhar seu desenvolvimento junta-se a uma idéia de partido e de seu enraizamento que se desenvolve paralelamente com a de outras grandes social-democracias. Certamente, permanece a ênfase sobre a classe operária, mas em substância o partido se torna, como tinha feito a social-democracia, um partido popular também com a contribuição da ala “dura” soviética.

A palavra de ordem “uma seção para cada campanário” já tinha sido apropriada e aplicada por Secchia. Em um primeiro momento, a idéia do partido comunista de massa é a de um partido que prefigura em si mesmo a sociedade futura, mas rapidamente, e quase por um processo natural, no momento em que o partido incorpora realmente as massas, a ilusão de manipulá-las a partir de cima deve ceder lugar à necessidade de seguir suas inclinações, atendendo com elas as “múltiplas dobras” da realidade social. O PCI se torna, desse modo,

um partido que se enraíza nas tradições populares e, por sua vez, busca e efetivamente cria uma própria tradição: seria suficiente lembrar as festas de *L'Unità* que por muito tempo e em grande parte do país acompanham, e às vezes superam, a festa religiosa do patronato. A diferença entre os comunistas italianos e os comunistas franceses é também essa: enquanto os franceses faziam uma única grande festa do *L'Humanité*, em um parque na cidade de Paris, os italianos faziam inúmeras festas de *L'Unità*, tendencialmente uma para cada seção do partido.

OS “ATRASOS” HISTÓRICOS

Indicando-se, mesmo de maneira sumária, os motivos reais da ascensão, se tornam mais claros os motivos das dificuldades e, depois, da crise. O projeto de modernização correspondia a uma Itália atrasada; na medida em que o país se modernizava efetivamente, aquele projeto vinha perdendo grande parte de seu significado e de sua força. Mesmo com grandes sacrifícios das camadas menos protegidas, a Itália, de país agrícola-industrial, se transformava em um país predominantemente industrial, começava a desenvolver o setor terciário avançado, entrava nos problemas de uma sociedade desenvolvida. Os assim chamados “atrasos” de elaboração começaram cedo. O primeiro tinha sido recuperado, após a derrota da CGIL na Fiat em 1955, com um incentivo ao estudo sobre a nova organização do trabalho que, porém, permanece substancialmente baseada no operário-massa. Enquanto essa recuperação vinha se dando na frente de trabalho operária, começou a se manifestar uma grande fraqueza em outros terrenos, como na cultura e nos costumes.

Em 1960, a tentativa de uma regressão à direita tinha sido bloqueada com a passagem – da qual são protagonistas Moro na DC e Nenni no PSI – do centro para a centro-esquerda. Togliatti não recusa a centro-esquerda em seu projeto reformador, mas o desafia, aceitando seu projeto e chamando o governo para uma séria colaboração, considerando – obviamente – que a participação da maior força de esquerda seria, de qualquer modo, indispensável. Mas os comunistas chegam atrasados e confusos à compreensão de que a sociedade evoluiu e de que, por exemplo, o divórcio é amplamente majoritário, então, na consciência das pessoas; permanece dominante a idéia do acordo de cúpula com a Igreja, o temor do choque com os católicos, o pesadelo da divisão religiosa do país. E se chegará com dificuldade a compreender – muitos anos depois e não obstante a lei do divórcio – que também o tema do aborto podia ser razoavelmente enfrentado.

O sinal mais claro da falta de compreensão da mudança na sociedade, após o drama de 1956 (sobre o qual voltarei), foi no transcorrer de 1968, perante a revolta estudantil que varreu o Ocidente. A rejeição das tentações extremistas pareceu a tarefa essencial, quando melhor teria sido compreender que aquela rejeição – justa – não podia suprimir a interrogação a respeito dos motivos que tinham colocado grupos tão numerosos de jovens, que faziam parte das camadas médias da sociedade, a realizar um protesto tão radical. Não obstante os esforços generosos de Longo, o partido, que já tinha sido surpreendido pela revolta juvenil de 1960, contra um governo sustentado pelo partido neofascista, não percebeu que na transformação da sociedade estavam surgindo dificuldades – ou, se quisermos usar a palavra tradicional, “contradições” – muito diferentes daquelas que a velha geração tinha conhecido.

O impulso que na sociedade daqueles anos vinha da “esquerda” leva a parte mais sensível do partido (que tinha como referência Ingrao) a avaliar a sua teorização do caso italiano como anômalo no Ocidente; um caso, portanto, que, sendo anômalo, poderia ser resolvido de uma maneira diversa dos outros países ocidentais. Pensa-se que o “caso italiano”, por causa de um atraso que se transforma em desenvolvimento, pode levar à idéia de uma “terceira via” entre a soviética e a capitalista, isto é, à idéia de uma modificação do modelo de desenvolvimento. O limite, hoje óbvio, dessa posição é que um modelo de desenvolvimento em escala nacional não era mais imaginável já naquele tempo. No debate que se desenvolve na metade dos anos sessenta, a posição majoritária que, em substância, se inclina em direção ao modelo social-democrata, aparece como a mais realista. Mas se essa posição, que tinha Amendola como seu principal expoente, entendia de maneira mais concreta a força do modelo econômico-social capitalista, intuía menos que a outra tanto a necessidade de modificar as relações internacionais (faltava uma diferenciação clara com relação à URSS, não obstante as rupturas políticas a respeito da invasão da Checoslováquia) como também a necessidade de modificar o regime interno arcaico. A partir dessa posição tornava-se difícil intuir, antes, e governar depois, o impulso que vinha de 1968, apesar de que não pode ser esquecido que foi certamente um gesto de sabedoria e de força perceber que, perante a radicalização política, o risco de um retrocesso reacionário era uma realidade e não uma fantasia, como o demonstrará o massacre de Milão em 1969.

O PRIMEIRO BERLINGUER

A temporada dos massacres e do terrorismo serviu – qualquer que possa ter sido o peso da ação espontânea e das políticas ocultas – para bloquear e fazer regredir uma evolução possível do sistema político italiano. O primeiro Berlinguer, que se torna secretário-geral no início de 1972, num momento de grande temor para o próprio futuro da democracia, é efetivamente o mais autêntico continuador da estratégia de Togliatti, entendida como linha democrática e nacional e como política de alianças. O Berlinguer do compromisso histórico e, depois, da solidariedade nacional, leva ao sucesso (após muitas ilusões quase insurrecionais que chegarão até a tragédia da luta armada) uma linha muito prudente, responsável e moderada. O PCI chega a seu resultado eleitoral máximo em 1975-76, também por causa da derrota sofrida pelos integristas católicos no referendo contra a lei do divórcio, mas principalmente pelo forte convencimento da opinião pública de que era uma força voltada para um entendimento político e social amplíssimo.

Pensa-se que o “caso italiano”,
por causa de um atraso que se
transforma em
desenvolvimento, pode levar à
idéia de uma “terceira via”
entre a soviética e a capitalista,
isto é, à idéia de uma
modificação do modelo de
desenvolvimento.

A temporada de declínio do PCI inicia-se um dia depois dessa grande vitória, quando os comunistas aceitaram participar de uma maioria que permite dar vida a um governo só de democratas-cristãos; uma maioria que na verdade não o é, porque não tem nenhum programa comum, mas somente um acordo genérico que permite a abstenção de toda a esquerda. Quando vai se formar uma verdadeira maioria (mas sempre com um governo só democrata-cristão) Aldo Moro é seqüestrado e morto. A experiência da solidariedade se encaminha para o fracasso. Certamente – como sempre acontece com a esquerda no momento em que se aproxima do governo – a situação econômica e políti-

ca era muito grave. Do ponto de vista econômico se davam os efeitos do choque do petróleo e da livre conversão do dólar. Adicionalmente, as rédeas de comando permaneciam todas nas mãos de sempre. Podíamos nos satisfazer em explicar o fracasso com a extrema gravidade da situação? Tornava-se urgente um outro tipo de interrogação. O PCI se encontrava suficientemente preparado do ponto de vista dos programas, e tinha um projeto coerente para o país, naquela situação, para enfrentar a responsabilidade de governo, mesmo que fosse compartilhada?

Essa é a pergunta – em minha opinião – que atormentou Berlinguer após o assassinato de Moro, quando ficou claro que aquele assassinato mudava a situação política na DC e no país. Certamente, a política oculta pesa, e pesa muito. Não somente na história nacional italiana, naturalmente, porque o assassinato de Kennedy, de Luther King, de Malcolm X ou de Palme, ou a destruição política de Brandt com o caso Guillaume determinaram conseqüências de alcance muito grande. Mas mesmo tendo em conta a grandíssima relevância do assassinato de Moro, Berlinguer viu – eu acredito – que os motivos do fracasso tinham que ser localizados principalmente em nós mesmos.

Algum tempo atrás, em uma versão pessoal sobre as vicissitudes nacionais, o presidente da Câmara dos Deputados acusou Berlinguer de ter sido o responsável pelo fracasso da democracia italiana, por causa do governo de solidariedade nacional e porque, com aquela unidade, veio a faltar oposição. Naturalmente, também um reconhecimento tardio pode ser útil e, portanto, não há nada demais se o deputado Violante não percebeu essa grave culpa de Berlinguer quando ele cooperava, como outros, entre os quais eu mesmo, com a sua política. E é óbvio que há elementos de verdade em dizer que nunca a oposição deve faltar. Mas seria preciso também dizer o que tinha que fazer aquele pobre Berlinguer, que se encontrava perante um problema internacional, apesar do reconhecimento político do Pacto Atlântico (digo político, porque do ponto de vista estatutário o PCI tinha sempre respeitado aquele pacto) e apesar de sua ida a Moscou e sua afirmação pública de que “a democracia é um valor universal”, rompendo assim com a URSS – como La Malfa viu logo – no plano dos princípios.

Apesar dele ter feito tudo isso, o problema se manteve. A *conventio ad excludendum* foi reafirmada de fato e de princípio pelas maiores potências em um encontro entre o presidente norte-americano, o francês e os primeiros-ministros inglês e alemão. O que se deve-

ria fazer? As eleições de 1976 tinham dado 38% à Democracia Cristã, 34% ao Partido Comunista, cerca de 10% ao Partido Socialista de De Martino (isto é, deslocado para a esquerda), 1,8% para o PDUP, mais os social-democratas do PSDI. A esquerda era majoritária, sem a esquerda não se podia formar nenhum governo, mas funcionou a interdição das grandes potências em relação aos comunistas, mesmo na hipótese de uma participação num governo de unidade nacional. Por isso houve um amplo acordo a respeito da situação paradoxal que foi encontrada com a “maioria das abstenções” e com a tentativa da solidariedade nacional.

Muitas dessas polêmicas póstumas aparecem como instrumentais. Diz-se que aquele era o momento de uma verdadeira transformação, do tipo daquela que foi realizada em 1989. Mas mesmo querendo admitir que uma operação como essa pudesse convencer as grandes potências a retirar o seu veto (coisa difícil de se supor), como se poderia imaginar que o PCI, que tinha vencido como PCI, optasse por uma renegação de si mesmo com a pura finalidade de ir para o governo? Mais do que uma transmutação teria sido um suicídio. A situação verdadeiramente não oferecia nenhuma escolha. Um partido comunista, após uma vitória como aquela de 1976, não podia participar de nenhum governo.

OS LIMITES DO HISTORICISMO E O USO DA URSS

Dito isto, porém, parece-me digno de grande atenção o esforço de Berlinguer – para além de todas as explicações que podiam ser encontradas –, voltado para a busca de um defeito também na visão de esquerda e no programa com o qual tinha participado na maioria de governo. Ele percebeu, parece-me, que o caminho percorrido pelo seu partido, inclusive através de sua contribuição, não tinha resolvido as contradições existentes na cultura do grupo dirigente togliattiano, no qual ele também tinha ativamente participado como o jovem discípulo mais fiel. Berlinguer tinha sido, com Togliatti, secretário da federação juvenil comunista por uma dezena de anos até uma idade já madura; tinha sido o início de uma relação profunda, política e cultural. Mas com o avanço da história política do PCI e da Itália, ele vinha fazendo uma escolha em direção a Gramsci, o que significava, para quem estivesse por dentro da cultura daquele grupo dirigente, afastar-se de Togliatti, sem porém renegá-lo.

A cultura togliattiana é absoluta e firmemente historicista. No léxico não há, portanto, distinção de Gramsci que definirá a si mesmo “historicista absoluto”. Mas historicismo não quer dizer somente reconhecimento da historicidade do real, quer dizer também uma determinada filosofia da história, que carrega consigo o risco do relativismo ético, isto é, dito de maneira mais tosca, da justificação da história mais do que sua compreensão. Gramsci, este é um tema que deve ser estudado a fundo, percebe esse risco, o menciona, põe de sobreaviso a si mesmo e ao partido, busca definir um princípio de eticidade. Mas Gramsci tinha se consumido na prisão e tinha continuado a pensar fora da luta política imediata.

A trajetória de Togliatti tinha sido diferente. Vira e participara de uma história trágica. Tinha sido marcado por ela de maneira profunda, mesmo que dela tivesse extraído conclusões iluminadas, entre as quais a de não imitar os comunistas soviéticos, como parece evidente pelas escolhas claras e repetidas, políticas e culturais. Apesar disso, a formação historicista e o perfil que ela tinha adquirido no decorrer da longa experiência empurram para uma concepção da política na qual falta a ancoragem aos princípios. A diferenciação com relação à União Soviética era clara na linha política, mas, com base nas motivações históricas (a história da Rússia), era igualmente clara a justificação do regime soviético.

A relação com a URSS não era motivada somente pelo prestígio muito amplo que ela tinha após a Segunda Guerra Mundial, pela ligação construída na luta antifascista, mas por um motivo que era mais profundo, não declarado e provavelmente inconsciente. Esse motivo era precisamente o oposto de um ideologismo fideísta. Praticamente, a função pela qual a URSS vinha sendo usada era a de acabar, como se dizia naquele velho partido, com os ideologismos. Temia-se, ou melhor, considerava-se inútil, fugaz, prejudicial, o que se chamava de o confronto “abstrato”, considerado em si mesmo como fonte de perda de tempo, de divisões, de afastamento da realidade corpórea da política. O problema, porém, acabava por dizer respeito não somente à discussão ideológica “abstrata”, mas à própria discussão teórica.

No velho PCI, justamente, se ironizava a respeito dos dirigentes soviéticos, professores de uma “ciência que não existe: o marxismo-leninismo” (frase célebre de Mario Alicata após 1956), mas, contemporaneamente, acabava-se por descartar qualquer discussão sobre os princípios. Curiosamente, o grupo dirigente, mes-

mo o mais novo, que vai emergir depois de Togliatti, vê confirmado esse convencimento, substancialmente adverso para a discussão teórica, pelos acontecimentos de 1968, quando os numerosos grupos políticos nascidos do movimento estudantil se fragmentaram em pequenos pedaços em nome de interpretações consideradas mais ou menos autênticas de marxismos mais ou menos imaginários.

Precisamente porque se temia o ideologismo como fumaça nos olhos, mas sabia-se que uma grande força política não pode se sustentar numa convicção geral qualquer, é que tinha sido escolhida uma ancoragem que vai se revelar catastrófica, mas que parecia solidíssima, porque – de fato — historicamente fundada. Eis a função da URSS. Parecia que através dela se pudesse dizer: o socialismo é uma realidade histórica, não é mais preciso discutir, como Don Ferrante, sobre o que é a substância e o que é o acidente. É verdade, aquele modelo não é feito para nós, não é o nosso caminho – se dizia – é não-liberal, nega qualquer forma de mercado, etc.: porém é, por fim, um exemplo historicamente dado. Portanto, podemos prosseguir em nosso caminho com essa realidade atrás de nós. Mas, de um lado, o processo de modernização corroía as bases de uma determinada política que poderíamos chamar de reformista clássica (os custos excessivos e as contradições internas do Estado social determinam a vitória de Margaret Thatcher no final dos anos setenta) e, de outro, vinha se corroendo por sua própria conta o suposto significado daqueles sistemas que eram considerados “socialismo real”. Eis onde se localiza o problema do último Berlinguer, naquela curta temporada que se concluirá com sua morte prematura. Não é por acaso que a ruptura definitiva com a URSS (a proclamação do “fim do impulso propulsivo da Revolução de Outubro”) coincida com um esforço em diversas direções para redefinir as bases programáticas e, indiretamente, as próprias bases de princípio do Partido Comunista Italiano. Não por acaso esse período é caracterizado particularmente pela campanha sobre a “questão moral”, que é a mais lembrada, mas não é a única novidade desse período da direção de Berlinguer.

O ÚLTIMO BERLINGUER

Certamente, ter levantado a “questão moral” era um ato de ruptura política e teórica de grande relevância. É a esse ato que alguns de seus críticos se referem (atrasados, como sempre), como o diretor do Instituto Gramsci e outros, quando, como lembrava antes, consideram que se passou de um excesso de togliattismo

para um abandono de Togliatti. O acusado é, precisamente, Berlinguer: o excesso de togliattismo teria sido a teorização do compromisso histórico e depois a solidariedade nacional; o abandono de Togliatti estaria na teorização da questão moral que implicava uma acusação contra todos os partidos, a interrupção política das alianças, um substancial sectarismo. Além do mais, Berlinguer, levantando a questão moral contra os partidos, por causa disso teria aberto espaço para o declínio partitocrático, teria aberto a temporada referendária, que será própria de Occhetto, e teria dado origem, portanto, aos males institucionais que a Itália sofre agora e daqui em diante.

Curiosamente, o grupo dirigente, mesmo o mais novo, que vai emergir depois de Togliatti, vê confirmado esse convencimento, substancialmente adverso para a discussão teórica, pelos acontecimentos de 1968, quando os numerosos grupos políticos nascidos do movimento estudantil se fragmentaram em pequenos pedaços em nome de interpretações consideradas mais ou menos autênticas de marxismos mais ou menos imaginários.

As coisas, parece-me, não são assim. Berlinguer quer salvar os partidos indicando o único caminho válido – e, talvez, naquele tempo ainda possível –, isto é, o caminho de sua regeneração. Mas, além disso, ele faz uma outra operação de significado maior. No jargão comunista italiano “questão” quer dizer um grande problema histórico não resolvido. Por exemplo, a questão meridional, a questão vaticana, etc. Berlinguer, utilizando esta expressão, busca introduzir na bagagem dos comunistas italianos algo que nunca tinha entrado. Existia, no velho partido, um comportamento

“comunista” não codificado e não mencionado e, em larga medida, ditado pelo controle de uma base de massa vasta e organizada, à qual se faziam apelos de maneira permanente; existia, isto é, uma eticidade implícita, mas não uma discussão e uma assunção de responsabilidades em torno dos temas da eticidade da política.

Os elementos constitutivos daquela forma de moralidade pública – que dizia respeito principalmente aos dirigentes do partido, quase todos funcionários do partido – eram o desinteresse pessoal, a honestidade, o esforço para o conhecimento, a lealdade com relação aos companheiros e ao partido. Em uma primeira fase curta, nitidamente a mais marcada pela idéia do partido como uma sociedade separada e, portanto, marcada por um forte integrismo e uma permanência dos costumes da clandestinidade, essas normas – principalmente aquela da dedicação ao partido – eram, de qualquer forma, também inculcadas com método dogmático aos jovens dirigentes enviados às escolas do partido. Essas escolas, porém, se tornaram muito cedo essencialmente escolas de aprendizagem cultural geral, marcadas sempre mais – com o passar dos anos – pelo conhecimento crítico. Mesmo terminada qualquer forma de doutrinação, permanecia um costume que considerava essenciais não mais “virtudes” especiais mas os normais bons sentimentos cívicos e um certo rigor intelectual; por exemplo, no grupo dirigente, o desprezo pela improvisação, a demagogia, o exibicionismo, o personalismo, etc. Mas a idéia da eticidade da política era aquela definida pela ética de resultados (como, aliás, qualquer escola de pensamento ensinava): a política é “boa” ou “ruim” conforme sua capacidade de alcançar suas próprias finalidades. Que as finalidades supostas pelo movimento operário, socialista e comunista fossem consideradas “boas” era uma questão dada por resolvida. De outra parte, a discussão sobre os meios a serem usados para alcançar aqueles fins teria levado não somente à crítica e à diferenciação com relação aos países assim chamados socialistas, mas a uma condenação bem mais radical e globalmente compreensiva. Afirmar que existia uma “questão moral” na política fora desses postulados estava destinado a parecer puro “moralismo”, isto é, confusão pré-maquievélica entre política e moral.

Mas como podia ser definida a situação que veio a ser criada no sistema político italiano? A questão, na realidade, não era somente a do financiamento ilegal dos partidos, para o que, entretanto, será votada, de comum acordo, uma lei severa e, ao mesmo tempo, com o aumento do financiamento público aos

partidos. O tema era o de uma corrupção que não era nova, mas que se alastrava, era visível e impune, também por cegueira e má consciência da maioria que usava o instituto da imunidade parlamentar como instrumento para impedir as indagações dos (poucos) promotores públicos que encontravam finalmente coragem de pedir autorização para investigar fatos já comprovados. Existem resoluções das comissões para a concessão de autorizações, no início dos anos oitenta, que arrepiam. E mais ainda, veio se conformando uma situação de ocupação intolerável do Estado por parte dos partidos no governo, com o fenômeno não somente do loteamento, abrindo-se mão freqüentemente de qualquer critério de capacidades, mas também de decisão na instância do partido de qualquer nomeação, tanto no centro como na periferia. Por fim, o conluio de partes de diferentes partidos com a criminalidade organizada vinha se tornando sempre maior e mais visível. O governo de solidariedade nacional, mesmo nas formulações críticas de Moro, deveria ter sido a ante-sala para uma “normalização” do sistema político, portanto para uma legitimação do sistema de alternância. Desmoronada aquela experiência de solidariedade nacional, a escolha tinha que recair na alternativa e no fim de uma relação totalmente diplomática entre as forças políticas que tinha levado definitivamente a um sistema inaceitável.

A “questão moral” – se diz – não tinha captado as causas institucionais da degeneração: o que é, em parte, verdadeiro. Mas não é verdade que estivesse ausente de uma reflexão institucional: ela propunha a devolução dos partidos, a qual ainda se discute hoje, ao seu papel constitucional, isto é, ao papel de “organizadores da democracia” e não de instrumentos para a ocupação do Estado. Nas afirmações de Berlinguer a “questão moral” derivava do fato de que os partidos no governo, na ausência de alternativas, passaram a se identificar com o Estado, com todas as conseqüências aberrantes que se seguiam. O tema da regeneração dos partidos une-se assim àquele da alternativa. Talvez o que Moro tinha declarado, de forma bastante obscura, em público, tenha sido mais claro nos encontros reservados que tivera com Berlinguer. Fracassado, com o assassinato de Moro, o desenho de uma “terceira fase” da política italiana, a ser preparada através de uma difícil colaboração em um longo período, nascia o propósito, ou melhor, a necessidade, de romper com a idéia de um retorno (quarenta anos depois!) ao período da grande unidade antifascista, fundadora da república.

UMA TENTATIVA INCONCLUSIVA

A tentativa do último Berlinguer (que se conclui rapidamente e será cassada logo depois) precisava, portanto, de uma mudança cultural. Ele buscou na tradição comunista italiana, se bem que com poucos acenos, uma fonte de referência.: vem disso a ruptura com a dupla fixa e a iconografia Gramsci-Togliatti (com Gramsci ficando sozinho no escritório de Berlinguer). Mas percebeu também que era necessário se voltar para outras formas de pensamento. Não é – como se dirá mais tarde – uma inclinação ao movimentismo, plenamente estranho à sua formação. Melhor, há a descoberta das culturas presentes no movimento feminista e ecologista e, com isso, de uma diferente leitura da nova composição social das sociedades desenvolvidas, e, também, uma retomada do interesse em relação aos explorados e ao Terceiro Mundo, acompanhada pela compreensão do novo papel do trabalho intelectual, alavanca determinante de qualquer mudança. Contemporaneamente, a relação com Brandt e Palme representava a vontade de se ligar à tendência mais avançada da social-democracia européia.

Existia, no velho partido, um comportamento “comunista” não codificado e não mencionado e, em larga medida, ditado pelo controle de uma base de massa vasta e organizada, à qual se faziam apelos de maneira permanente; existia, isto é, uma eticidade implícita, mas não uma discussão e uma assunção de responsabilidades em torno dos temas da eticidade da política.

Tudo isso tinha pouco a ver com a orientação tradicional do Partido Comunista Italiano sendo que, muito rapidamente após o desaparecimento de Berlinguer, voltou o predomínio daquela linha que tinha

desde sempre marcado o partido, com Togliatti e também todo o primeiro Berlinguer, isto é, a tendência que os cronistas críticos italianos chamavam de centro ou centro-esquerda do PCI. Isso tanto foi mais fácil na medida em que aquela tentativa não tinha base sólida nem à “esquerda”, estando muito distante daquela de Ingrao, mesmo que a idéia da “terceira via” tivesse sido retomada por este último. A cultura tradicional do Partido Comunista Italiano, tanto de “direita” como de “esquerda”, estava muito enraizada na idéia do primado da luta entre as classes, embora no quadro da estratégia das alianças (em volta da classe operária), com o peso dado às camadas médias, com a superação do conceito de partido como nomenclatura pura de classe. As culturas que lembrei – o feminismo, a diferença, o ecologismo, o terceiro-mundismo – dão a idéia de que havia naquela tentativa pelo menos a necessidade de uma ordem mental mais complexa, o que não significa que não estivesse presente a necessidade do enraizamento entre os trabalhadores e, sobretudo, entre os trabalhadores assalariados, mesmo se com políticas mais aguerridas. Após a derrota no referendo sobre o “gatilho salarial” (uma derrota com 46% dos votos, conseguidos com uma mobilização absolutamente parcial do partido), que Natta e todos nós tínhamos herdado da última batalha conduzida por Berlinguer, rapidamente essa temporada passa a ser considerada como terminada, até porque ela não pôde produzir uma mudança verdadeira da cultura fundadora e um projeto claro. Somente em 1994, no decênio da morte, e depois de Tangentopoli, Berlinguer será lembrado com alguma gratidão pelo seu partido, para sair rapidamente da memória pouco tempo depois.

Não obstante o resultado eleitoral extraordinário que levou o PCI a superar a DC nas eleições européias de 1984, quase uma homenagem ao líder morto durante aquela campanha eleitoral, e o extraordinário testemunho de estima e carinho popular para com Berlinguer durante seus funerais, prevaleceu logo a idéia de que aquela política tinha isolado perigosamente o partido. As categorias que ele tinha usado, de modo particular a da “diversidade” (unida ao grito que tinha dado no próprio período da ruptura com a URSS: “Somos e sempre seremos comunistas”), pareciam um ato de atraso dentro de um mundo não somente a ser superado, mas, em larga medida, já desaparecido. Natta trabalhou intensamente e se desgastou para manter unidas as diversas almas do partido: mas essas tinham se separado em demasia, como ficará logo claro também para ele. A nova geração chamada para as maiores responsabilidades (pelo próprio Natta e pelo velho gru-

po dirigente) percebe a necessidade de uma renovação radical. Mas se o impulso para se libertar do peso do passado é unânime, não é unânime – como se verá depois – a orientação sobre os futuros caminhos a percorrer. Do congresso de 1987 (secretário-geral: Natta), que tem como palavra de ordem essencial “O PCI como parte integrante da esquerda européia”, passa-se, em 1989 (secretário-geral: Occhetto), ao “novo PCI”, e em 1990 à decisão de construir “um novo partido”, até chegar, em 1991, à divisão do PCI, em que a sua maioria formará o Partido Democrático de Esquerda, e a minoria dará vida à Refundação Comunista. Não faltou ao grupo dirigente que recolheu a herança de Berlinguer a compreensão da exigência de se virar a página, reformando as regras para tentar realizar no terreno institucional aquela renovação que poderia ter favorecido a troca de governo. Mas também não faltou, nem nessa fase, a intervenção daquela política oculta que tem pesado tanto na história italiana. A tentativa de entendimento entre DC e PCI para uma mudança da lei eleitoral (através da correção da proporcionalidade) foi abruptamente suspensa com o assassinato de Ruffilli, professor pacato e praticamente desconhecido, cuja morte trágica serviu como advertência ao grupo dirigente democrata-cristão daquele momento.

UMA CRISE DE CULTURA FUNDADORA

Um dos indicadores da confusão (isto é, da crise de cultura) com que o velho partido enfrenta sua auto-reforma é oferecido pela inversão das partes na mudança: o secretário-geral Occhetto, eleito por uma maioria de centro-esquerda, encontra-se na situação de realizar a mudança com uma maioria de centro-direita. Natta, artífice da renovação através da nova geração, é rejeitado e se coloca na oposição. A esquerda que, de modo particular com Ingrao, tinha sustentado, antes das outras, batalhas renovadoras difíceis para a democracia de partido, como a ruptura com a URSS, as políticas de desenvolvimento, a reforma do Estado, passa a se colocar em desacordo com aquele tipo de guinada, ao lado de uma parte daqueles que tinham sustentado Berlinguer, particularmente o da última fase, como quem escreve aqui.

O congresso do “novo PCI” vira, na realidade, uma forte presença de temas tradicionalmente “de esquerda”: a “reestruturação ecológica” da economia, o valor da diferença feminina, o reequilíbrio entre os hemisférios Norte e o Sul, para mencionar alguns, e, junto a

isso, a proclamação da superação do regime interno de centralismo democrático. Mas essas temáticas, como amiúde acontece nas posições “mais à esquerda”, tendiam a assumir o aspecto mais de posições de princípio do que de proposições que aparecessem imediatamente como utilizáveis no mercado político. Por sua vez, as posições que ficam “mais à direita” nos partidos de esquerda tendem a se confundir com aquelas que aceitam as coisas como estão. É disso que vêm as oscilações direita-esquerda e vice-versa no tempo de mudança.

O motivo principal que foi apresentado para uma mudança que deveria ser profunda foi o “desbloqueio do sistema político”. A existência do PCI era assumida como causa principal e única da democracia inacabada, sendo que sua transformação teria permitido que o “sistema político” pudesse assumir um funcionamento normal; escapava o fato de que aquele “sistema político” era tão podre que estava às vésperas de sua queda. Quando, depois, for refeito o sistema político — uma vez desfeito, por ação judicial, o partido político que estava no governo há quarenta anos —, será escolhida a via referendária e se estará precipitadamente na votação majoritária, sem algumas das revisões institucionais necessárias, com um transtorno ainda não superado até hoje. Na realidade, naquele momento revela-se também o limite da parte melhor da cultura do grupo dirigente togliattiano, inclusive o que havia de mais novo: isto é, a crise de uma cultura fundadora. Refazê-la, naturalmente, não era (e não é) uma empresa simples e puramente intelectual. Mas é aqui que faltaram — segundo minha opinião — as forças necessárias.

O historicismo fora um instrumento essencial para evitar o “marxismo-leninismo”, isto é, a versão oferecida pelo dogmatismo soviético (a cultura sobre a relação fé religiosa e política, o totalitarismo do Estado ideológico e do partido como instituição suprema, e todo o restante da bagagem que fizera naufragar a grande maioria dos partidos comunistas no mundo inteiro). Mas o historicismo não tivera somente o defeito de frear uma verdadeira discussão sobre os princípios referenciais. A ele, particularmente na versão oferecida pelo neo-idealismo italiano, faltava uma cultura sólida da realidade: a luta, no início do século, contra o fechamento doutrinário e dogmático do positivismo tinha também apagado o esforço para dar às ciências o estatuto primário que a elas cabe no processo da economia e da sociedade. Fora sufocado — sobretudo — o desenvolvimento das ciências humanas, que conhecem depois um ostracismo pesado sob o fascismo, como a sociologia, por exemplo, que tinha visto, no fim dos

Oitocentos, os estudiosos italianos na vanguarda, e ainda mais a psicanálise. O grupo dirigente do PCI, crescido com Togliatti como personalidade também culturalmente dominante, tinha uma forte raiz na cultura italiana de marca croceana e gentiliana, mesmo que de sinal mudado e invertido. Gramsci, que pensa como um “anti-Croce”, pensa conforme o método que possui, isto é, o do historicismo, do qual vive as contradições e do qual individualizará os limites — como sobre a questão da relação com a ética — mas sem tempo e modo de analisá-las a fundo.

Essa era a exigência à qual eu fazia referência no início da virada de 1989, quando — não tomando posições contrárias a ela por princípio — estimulava, bastante isolado, a se começar pela construção de um novo programa fundamental e não pelo nome do partido. O meu propósito era o de evitar que fosse reduzida a um referendo (como depois aconteceu) uma questão tão grande que era a da mudança da cultura fundadora e das idéias-guias de um partido que, mesmo com todos os erros, não tivera um papel ruim na história do país.

Talvez aquela posição não tenha sido desprovida de bom senso, considerando que hoje, muitos anos depois da transformação do PCI, querendo dar vida, mais uma vez, a um “novo partido de esquerda”, busca-se com essa finalidade a definição de uma base ideal comum e uma plataforma programática; é uma busca que acontece no meio de muitas dificuldades, não obstante o PDS e as esquerdas pareçam vitoriosos estando, pela primeira vez, no governo ou na maioria de governo.

UMA CRISE DE IDEALIDADE

É realmente difícil pensar o que devem ser, hoje, os partidos, e um partido que seja “de esquerda”, isto é, movido pela necessidade de mudar algo nos arranjos tradicionais da sociedade e do Estado.

Já esta definição, “mudar algo na sociedade e no Estado”, pode ser, e é, objeto de interrogações e repulsas. Pode ser tarefa de partido — qualquer que seja ele — se propor a intervir não somente no e sobre o Estado, mas também na sociedade onde ele nasce? Não me parece que se possa duvidar que o movimento socialista tenha nascido com uma resposta positiva a este quesito, que naquela época parecia totalmente óbvia. O pressuposto era de que a política tivesse de mudar o funcionamento do mecanismo econômico da sociedade e pudesse fazê-lo. Essa é a verdadeira contribuição do pensamento socialista para o desenvolvimento da idéia de democracia. Hoje, parece que a fronteira in-

superável do discurso político é dada pelo pensamento liberal-democrático e que o pensamento socialista, entendido como esforço no sentido de identificar a possibilidade de mudança do mecanismo econômico existente, esteja se esgotando com a crise do Estado social, vista, em substância, como a única contribuição séria das idéias socialistas para a correção do processo econômico.

Essa tese abstrai, com efeito, a constatação própria ao pensamento socialista de que as diferenças de posição (entre capital e trabalho) no terreno econômico criam disparidades de poderes tão grandes que os pressupostos da democracia são seriamente atingidos: é dessa exigência democrática que deriva a idéia de uma modificação dos mecanismos econômicos considerados anteriormente como um dado da natureza.

A contribuição do pensamento de origem socialista para a idéia da democracia consiste, precisamente, na dúvida sobre a naturalidade ou historicidade dos comportamentos da economia. Essa dúvida levou depois a respostas erradas, que foram além dos limites ao negar qualquer tipo de naturalidade do funcionamento de mercado, e que levaram, então, à idéia (eis o modelo soviético) de que um sistema econômico pudesse ser reinventado por decisão política, quase como se devesse partir de zero para realizar uma nova criação. Não é este o lugar para examinar a que proposições teóricas corresponderia essa tendência, em parte derivada das idéias socialistas difusas, em parte nascida dentro de uma situação – como a da Rússia, durante e após a Primeira Guerra Mundial – de pleno colapso político, econômico, social e estatal.

REPRESENTAÇÃO E PROJETO

Penso ser necessário lembrar a contribuição específica do pensamento socialista até para olhar aquilo que me parece um limite na definição da essência e da função de partido como “representação e filtro” dos interesses e das demandas que surgem na sociedade. Certamente, essa definição – a representação dos interesses existentes e sua seleção – explica as tarefas de um partido do ponto de vista do governo do Estado, mas absolutamente não explica nem o nascimento do partido socialista, nem o de nenhum outro partido. Nem o partido socialista originário, nem o partido de inspiração católica (isto é, os partidos italianos “modernos”) nascem propondo-se unicamente — conscientemente ou não — ser instrumentos e filtros de

determinados interesses. Não é assim com base nos fatos. Quem estuda a história do socialismo italiano pode colocar em sua origem, como freqüentemente se usa, Andrea Costa, mas pode lembrar de Prampolini, ou de Turati, Bordiga, Gramsci, ou, de outra parte, Sturzo: cada um deles certamente é intérprete de algum aspecto da realidade de fato, mas trabalha com base num projeto que não é mera seleção e filtro de algo já dado, e sim também de “dever ser”. O partido político torna-se “representação e filtro”, mas na origem, e sempre, é contemporaneamente projeto e proposta. O partido moderno, em qualquer latitude, mesmo onde é mais favorável ao sistema existente, é sempre portador de uma solicitação e de uma visão geral de mundo, por mais vaga que ela possa ser. Nos Estados Unidos, a filiação ao Partido Democrata ou ao Partido Republicano das camadas, bastante reduzidas, que participam no compromisso político e eleitoral é percebida por motivos genérica e tradicionalmente ideais, para além dos interesses comuns compartilhados pelo mesmo grupo. A filiação nasce sempre do fato de que se participa em certa medida de um clima cultural – o chamemos assim – e portanto de algumas idéias referenciais, mesmo vagas. Por exemplo, a pessoa “de esquerda” será – como é óbvio – mais inclinada a uma concepção evolutiva da sociedade, às idéias de justiça social do que uma pessoa “de direita”.

Isso, porém, é essencial para entender a crise dos partidos políticos italianos, protagonistas do antifascismo e da Constituição de 1948. Aqueles partidos tinham como projeto comum uma profunda transformação da sociedade e não somente do Estado. Esse é o sentido do programa exposto pelo Manifesto do Comitê de Libertação Nacional Alta Itália, redigido às vésperas da conclusão da Resistência, um documento que precede o compromisso constitucional. Mas também algumas afirmações que hoje estão escritas na Constituição parecem coisas de um outro mundo: por exemplo, a afirmação do direito ao trabalho, considerada atualmente como uma blasfêmia, dado que vivemos num mundo onde o trabalho é uma mercadoria, não um direito da pessoa. A expressão “direito ao trabalho” não somente não reflete um estado real, não faz parte dos princípios constitutivos do funcionamento do mecanismo econômico atual, mecanismo no qual subentende-se que o trabalho quem o cria é o mercado, e se o mercado não dá trabalho é preciso permanecer desempregado; aliás, o desemprego é uma das condições fisiológicas (dentro de determinados limites) do sistema. Portanto, o “direito ao trabalho” é uma típica afirmação projetual, que implica modificações na

sociedade e não somente no Estado. Que essas modificações, na Constituição, sejam imprecisas (e que sejam difíceis de precisar) nada impede a vontade transformadora implícita de afirmar o trabalho como direito e as teses da política como projeto e proposta.

O grupo dirigente do PCI, crescido com Togliatti como personalidade também culturalmente dominante, tinha uma forte raiz na cultura italiana de marca croceana e gentiliana, mesmo que de sinal mudado e invertido. Gramsci, que pensa como um “anti-Croce”, pensa conforme o método que possui, isto é, o do historicismo, do qual vive as contradições e do qual individualizará os limites — como sobre a questão da relação com a ética — mas sem tempo e modo de analisá-las a fundo.

Em minha opinião, a crise dos partidos que foram constituintes deriva também e sobretudo do distanciamento entre projeto e desdobramento do processo social e econômico, no qual, paulatinamente, vem prevalecendo, até a sua vitória em escala mundial, a lógica da submissão do interesse e da intervenção pública à primazia da empresa. Se os partidos de marca conservadora encontram-se à vontade na sociedade de hoje, aquelas forças políticas, qualquer que seja sua origem cultural, que consideram que o *status quo* não é satisfatório, deveriam ganhar novamente um espaço teórico que foi abandonado precisamente por aquelas forças históricas que deveriam tê-lo presidido. Penso no espaço da dúvida radical sobre o modelo econômico-social existente, dúvida hoje descartada pela maioria das forças de esquerda.

Se a ascensão do Partido Comunista Italiano não

pode ser explicada sem a política que se resume sinteticamente no nome de Togliatti, também não pode ser explicada sem os referenciais ideais que subjaziam àquela política. A ruptura em dois ramos daquilo que tinha sido unificado no PCI, isto é, a ala mais radical — ou, se quisermos, mais protestatária —, e a ala mais inclinada à mediação, e também mais consciente das exigências de governo, aconteceu quando, perante as modificações no processo econômico e social, no lugar de um esforço de análise suficientemente precisa dos méritos e dos prejuízos daquela política e daqueles ideais, de um lado, e do outro preferiu-se aderir àquilo que já estava posto no patrimônio da cultura política corrente: voltava-se à separação “clássica” entre reformismo (às vezes sem reformas) e maximalismo (reivindicativo mais do que revolucionário).

A FORMA PARTIDO

Paradoxalmente, nos dois partidos em que se dividiu o PCI, o que sobretudo ficou de pé da velha formação política (além de uma herança eleitoral mantida) é a estrutura exterior da organização: o verticismo, a hierarquia. Saliento a forma exterior, porque a velha organização comunista italiana tinha alguma justificção e sua alma tanto no projeto político como nos ideais relativos à situação histórica existente. Do ponto de vista formal, o famoso “centralismo democrático” era um sistema de cooptação, com vantagens e riscos que há em qualquer sistema de cooptação. Aquele sistema, ademais, para garantir a unidade de partido, implicava também a regra da proibição das correntes organizadas (liberdades para cada um de se pronunciar, proibição de grupos organizados), com a conseqüência de que se formavam fileiras não declaradas que puniam os militantes isolados: uma conseqüência muito grave para a democracia interna e a própria concepção de partido. Apesar disso, aquele método obrigava a responsabilidades relativamente colegiadas (reuniões que nunca acabavam, decisões muito lentas) para a busca da participação ou, pelo menos, de alguma forma de consenso. O verticismo e o burocratismo tinham, dessa maneira, um desdobramento em uma forma qualquer de compartilhamento das responsabilidades.

Funcionava também uma outra regra não-escrita, mas evidentíssima: a contraposição contínua entre o aparelho e os membros do partido com funções públicas. Foi codificada uma incompatibilidade, em certos níveis, entre função de direção partidária e função representativa. Isso levava ao fato de que aquele que no

aparelho ambicionava a função parlamentar, ao mesmo tempo se tornava o crítico potencial mais férreo do aparelho. Isto é, a existência de um partido de massa bastante funcional, e também de um corpo de “funcionários”, servia – mesmo que de modo aproximado – para dar sustentação e exercer a verificação do trabalho parlamentar e dos representantes em geral. A degeneração desse sistema de relações estava, como é bastante lógico, na possibilidade de se formar uma camada política separada, empenhada em conjunto para um trabalho de autodefesa.

Hoje, tende-se a superar, mais do que repensar, as formas de controle recíproco em que se sustentam todas as formas democráticas, inclusive as de partido. Nasce, conseqüentemente, a tendência generalizada em direção a partidos monocráticos, com conseqüências reprováveis. Não há dúvida de que o uso dos meios de comunicação de massa (e muitas outras modificações sociais conhecidas) torna relativamente “objetivo” o que se chama o liderismo, ou, pior, o partido que tende a se identificar com uma só pessoa (como é o caso de Berlusconi). Também é verdade que estamos nos dirigindo assim para uma determinada democracia de mandato (em um sentido muito amplo) que parece realizar um passo à frente, em direção a responsabilidades bem precisas. A pessoa investida de um determinado mandato – se diz – se erra, paga: e menciona-se o caso de Occhetto. Mas é preciso lembrar que essa conseqüência é totalmente irrelevante em relação ao fato de que os erros de uma pessoa – no caso de associações coletivas – na realidade são pagos por todos (como ensina o caso Craxi). Não é assim que deve ser concebida a democracia de partido e a democracia de mandato.

A personalização extrema da política é mais perigosa para os partidos de esquerda que possuem, externamente a si, menores instrumentos de controle. E é mais perigosa para essa área a transformação do partido de massa em partido dos eleitos: isto é, lugares onde os aspirantes à eleição combatem entre si para a indicação e os eleitos mandam.

Diz-se que o mecanismo de seleção, dessa forma, adquire uma maior liberdade em relação à escolha burocrática porque ele seria mais sensível à influência da “sociedade civil”. Na realidade, nos partidos em que os inscritos e os militantes contam sempre menos e se transformam sempre mais, uns, em telespectadores, e outros, em fãs do líder, a pequena burocracia que sopra tem mais e não menos poder, com a condição de que respeite os valores existentes na sociedade circundante. Os partidos, desse modo, tenderão sem-

pre mais para uma homologação em relação ao sistema dado e os eleitos espelharão as camadas dirigentes, com um peso sempre maior da camada média mais abastada.

CULTURAS DE GOVERNO E RAZÕES IDEAIS

Não basta, para construir os novos partidos, invocar, como se costuma fazer habitualmente, uma maior capacidade de governo. Não foi a falta de capacidade de governo a verdadeira causa do declínio do PCI. Ele exercitou por longos anos o governo local com bons êxitos em média e, em alguns casos, ótimos e, sobretudo, teve muito presente o sentido do Estado e o culto do bom governo. Mas essa orientação não veio somente do estudo dos problemas administrativos. Isso é necessário, mas não suficiente. Uma verdadeira capacidade de governo não nasce, contudo, somente dos indispensáveis dotes de conhecimentos técnicos especializados. Nem na direita nem na esquerda e nem no centro possuem-se capacidades de governo sem uma razão ideal profunda qualquer.

No momento em que o Partido Comunista Italiano e o Partido Socialista viram murchar as suas razões originárias, não tiveram a força de dar novos fundamentos à sua própria ação, de mudar profundamente a própria cultura: uma “nova cultura de governo” nascia, pois, fraca e incompleta. Hoje, somos testemunhas do que aconteceu. De um lado, uma certa retomada dos velhos mitos, de outro, uma adaptação ao existente. A tragédia foi que a destruição justa de léxicos insignificantes, de conceitos infecundos, de categorias reprováveis não foi acompanhada por uma obra de reconstrução. De uma parte, isto é, em amplas áreas da direção socialista, pareceu que uma vez abandonadas as fidelidades antigas poderiam ser abandonadas também muitas outras, mais simples e modestas, como as virtudes cívicas normais. Mas, por outra parte, amplos setores do Partido Comunista Italiano pensaram que a modernidade correspondesse a uma espécie de diferença antropológica. Mas isso não pode levar a negar o fato de que sem idealismos diferenciadores a esquerda não pode viver. As forças conservadoras possuem uma forte carga ideal, contrariamente ao que parece e não obstante suas feiúras, porque herdaram da sociedade existente um sistema de valores que explica e justifica qualquer aspecto da sociedade existente, inclusive os aspectos piores.

Se os partidos de marca conservadora encontram-se à vontade na sociedade de hoje, aquelas forças políticas, qualquer que seja sua origem cultural, que consideram que o *status quo* não é satisfatório, deveriam ganhar novamente um espaço teórico que foi abandonado precisamente por aquelas forças históricas que deveriam tê-lo presidido.

Partidos puramente dedicados à tática, por mais excelentes, dedicados, isto é, àquilo que uma vez se chamava de a política das alianças, estão destinados a encontrar dificuldades insuperáveis não menos do que os partidos que praticaram ou praticam ideais que fogem a qualquer verificação da realidade.

Não há capacidade de governo sem “visão” e sem projeto. A palavra “projeto”, a partir de um certo momento, se tornou uma blasfêmia porque pareceu que indicava mais a vontade de impor algo à sociedade do que o esforço para fazer emergir algo que a sociedade cria em seu seio. Certamente, um projeto que não seja um delírio deve nascer de uma leitura séria e realista da sociedade. Mas dessa capacidade de leitura da realidade é preciso extrair a imagem de uma mudança possível quando se afirma que se quer mudar.

Antigamente, dirigia-se ao partido socialista ou ao partido comunista perguntando “o que é o teu socialismo?”, “o que é o teu comunismo?”. Mas se os nomes mudam, a questão permanece. Se o novo partido terá como referencial a esquerda européia, se continuará a perguntar “qual esquerda?”, “para qual sociedade?”, “para qual modificação?”.

Não é suficiente dizer: eu quero, coisa muito justa, fazer determinadas reformas do Estado social. Sim, mas para chegar aonde? Onde estão as questões de fundo que se quer corrigir, que se quer mudar?

A mudança das etiquetas muda, mas não elimina a pergunta de fundo à qual qualquer associação política deve responder.

